



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - ESCUTAS TELEFÔNICAS CLANDESTINAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0947/08	DATA: 18/06/2008
INÍCIO: 14h50min	TÉRMINO: 16h07min	DURAÇÃO: 1h17min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h17min	PÁGINAS: 45	QUARTOS: 16

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Delegado-Adjunto da Divisão Anti-Seqüestro da
Polícia Civil do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada no Tribunal de Justiça da cidade do Rio de Janeiro.
Vários termos e expressões foram excluídos do texto a pedido da Presidência da Comissão.
Há palavras ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Declaro aberta a 48^a reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar escutas telefônicas clandestinas/ilegais, conforme denúncia publicada na revista *Veja*, Edição nº 2.022, nº 33, de 22 de agosto de 2007.

Esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento do Dr. Antônio Teixeira Alexandre Neto, Delegado-Adjunto da Divisão Anti-Seqüestro da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteado. O Relator disporá do tempo que for necessário para as suas interpelações.

Para atender as formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor faço a leitura: *“Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”*.

Com a palavra o Dr. Antônio Teixeira Alexandre Neto, por até 20 minutos.

Em seguida, vou passar a palavra para o Relator, para os seus questionamentos, e vamos dar seqüência aos trabalhos da Comissão.

Com a palavra o Dr. Alexandre.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Sr. Presidente, acontece o seguinte — e vou começar por uma questão de ordem —: primeiro, peço desculpas pelo meu não-comparecimento lá em Brasília. Mas, na realidade, esse fato se deveu efetivamente às 2 cirurgias a que eu tive que me submeter. Já está cicatrizada, mas são cuidados, porque houve uma transposição de osso. Na realidade, eu perdi este dedo e este osso. Então, este dedo passou a trabalhar com este osso aqui do dedo médio. Então, tem que ter um acompanhamento, para não ter um deslocamento. Então, há essa necessidade. Então, eu não pude ir. E, realmente, até usei uma prerrogativa que todo funcionário público tem de ser ouvido no fórum da sua Comarca. É o entendimento do Supremo Tribunal, do Superior Tribunal Federal. Então, eu não quis abrir mão disso também, até por uma questão de ordem. Segundo, pelo que estou vendo, a minha exceção de argüição de suspeição eu acho



que ela foi tacitamente deferida, na medida em que a Deputada Marina Maggessi aqui não se encontra e, notadamente, depois da denúncia feita pelo Ministério Público — eu não sei se os senhores já tiveram acesso a ela — com relação à Operação Segurança Pública S.A. Eu gostaria que os senhores, depois, tivessem acesso a isso. E não a minha, porque eu vou precisar para outras coisas. Mas ela é bastante rica e denota, Srs. Deputados, que, com todo o respeito aos senhores, principalmente aos senhores, Dr. Marcelo Itagiba, que lutou muito aqui no Estado para que essa polícia fosse depurada. Se a Polícia foi depurada, está faltando alguma coisa no Parlamento, porque o que está aqui não é bom para a Deputada Marina Maggessi, até porque eu fui vítima de um ato que ela protagonizou. E eu fiz constar expressamente no meu requerimento de não-comparecimento lá, Deputado Marcelo Itagiba, que alguma coisa fosse tomada contra essa Deputada. Por quê? O art. 19, § 1º, da Lei de Imprensa continua em plena vigência. Ela, quando desejou contra a minha pessoa um monte de tiros nos córneos, ela era Deputada, ela estava no cargo de Deputada. *Per fas et per nefas*, eu levei 9 tiros de fuzil na porta da minha casa. Eu não sei se ela teve alguma participação nisso ou se ela não teve, mas o fato é que a lei diz que “*se o crime que foi protagonizado acontece, a pessoa que o protagonizou responde pelas penas do crime praticado*”. É o que está na Lei de Imprensa. Eu estou ingressando com uma representação no Ministério Público Federal contra a Deputada Marina Maggessi, porque eu entendo de extrema gravidade o que ela fez. E mais, volto a dizer o seguinte: o meu comparecimento aqui perante V.Exas. tem como justificativa o fato de que — vou repetir *ipsis litteris*: “*O presente requerimento objetiva elucidar os fatos trazidos a esta CPI, em audiência pública, pelo Sr. Octávio Augusto Brandão Gomes, ex-Presidente da OAB, relacionado ao grampo ilegal descoberto em seu escritório, bem como esclarecer a denúncia do policial civil Marco Antônio Nunes Pereira, que, em 2006, procurou o Ministério Público Estadual e Corregedoria-Geral Unificada da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, para acusar o Delegado Alexandre Neto de ser o autor intelectual do grampo*”. Essa segunda parte da justificativa já não existe mais. Por quê? Esse rapaz, que foi aposentado até por problemas mentais, ele foi efetivamente manipulado pelo Dr. Octávio Gomes, que é meu inimigo e todo mundo sabe disso. Então, o que aconteceu? Esse rapaz já foi em 2 Corregedorias — eu,



inclusive, mandei para os senhores —, na Corregedoria-Geral Unificada e na Corregedoria da Polícia Civil, e desmentiu todos esses fatos. Com relação aos fatos protagonizados pelo Dr. Octávio Gomes, eu já os respondi nas respectivas ações, digo, nas ações penais, em que não fui denunciado, pois o inquérito foi arquivado. As razões do arquivamento estão aqui. Eu vou apenas ler para os senhores o que é que está acontecendo. O Ministério Público fez um relatório. Ele entendeu o seguinte... (*Pausa prolongada.*) Eu vou ler um trecho, porque eu não sei se os senhores tiveram acesso. Mas eu pressupus, porque isso está na Internet. Quando o Dr. Octávio Gomes lá compareceu perante a CPI, ele prestou depoimento lá, e o senhor acho que não se convenceu do que ele falou — pelo menos é o que está na Internet — e ficou de requisitar documentos. Eu não sei se o senhor os requisitou ou se chegaram a tempo, mas o fato é o seguinte: por que é que esse processo foi arquivado? Vou ler um trecho da parte final da promoção do Ministério Público: *"No tocante ao crime de interceptação telefônica clandestina, previsto no art. 10 da Lei 9.296/96, muito embora tenha o investigado reconhecido em seu depoimento que o gravador era de sua propriedade, a não comunicação immediata à polícia e a ausência de realização de exame pericial prejudicaram, sobremodo, as investigações, conforme consignado nas bem escritas linhas da autoridade policial em seu relatório de fls. 4. E se consigna, outrossim, que o Ministério Público realizou outras diligências, como consta de fls. 154 e seguintes, que corroboram os fundamentos aqui aduzidos no sentido da não existência da prática do delito descrito no art. 10 da Lei 9.296/96".* Entendeu? Então, tecnicamente, esse arquivamento está aqui comigo. Se os senhores não têm cópia, eu gostaria de dar uma. Eu vou precisar disso aqui, porque eu estou com uma ação contra ele no âmbito cível, e esse documento é imprescindível. Então, o que aconteceu? Na realidade, ele quer provar uma escuta, que eu não fiz, sem prova pericial. Este é o fato mais grave. O senhor está entendendo? Quer dizer, ele quer que a palavra dele... Veja bem, ele é filho do Dr. Eraldo Gomes, honrado Delegado, um Delegado honesto. Entendeu? Ele é filho de Eraldo Gomes. Na época, ele era filho de Eraldo Gomes. Pôxa! Se você descobre um grampo clandestino no seu escritório, qual é a primeira providência que qualquer leigo faria? Vou chamar a perícia. Vou interditar o local, vou chamar a perícia. Ele diz que o irmão dele pegou esse gravador e levou para casa, numa



sexta-feira. Isso era uma sexta-feira. O irmão dele pega o gravador e leva para casa o gravador... Que teria sido... Veja bem, olha só: uma CPI trata de interesse público; esse fato se deu no âmbito privado do escritório do Dr. Octávio Gomes. Teria se dado no âmbito privado do escritório do Dr. Octávio Gomes, onde ele diz que lá encontrou um gravador, cuja sala eu sequer ocupava. Quem ocupava essa sala era o outro advogado. Eu não ocupava a sala onde teria sido encontrado esse suposto gravador — entendeu? —, que era meu, o gravador era meu, até porque eu trabalhava com ele. Eu tenho provas disso aqui. Então, ele vai e diz que ele pegou esse gravador e levou para casa para ouvir e que, na segunda-feira, quando ele chegou no escritório, quando ele ia chamar a perícia, ele percebeu que tinham invadido o escritório e subtraído de lá todos os fios que conectavam esse gravador à escuta. Mas aí ele também não chamou a perícia. É simplesmente a palavra dele. E deve valer mais do que a perícia. Ele comunicou isso na Corregedoria 5 dias depois do fato ocorrido, quando ele deveria ter feito no primeiro momento. Entendeu? Então, não houve perícia por 2 vezes: a primeira, quando ele descobriu o grampo e não chamou a perícia; a segunda, quando ele alega que eu entrei no escritório dele, arrombei uma porta, ele também não chamou a perícia. E ele quer me botar num grampo telefônico! Ele usa para quem? A Inspetora Marina Maggessi diz aqui que iria me arrumar um problema na CPI. Quer dizer, a CPI está sendo instrumentalizada por uma situação particular, por interesse particular, e não público. É um absurdo isso! Então, essa justificativa, se valia o que foi... E outra coisa: eu gostaria de saber como é que ele teve acesso a esse documento, porque, pelo que eu sei, esse documento é um documento sigiloso. Isso gerou uma insatisfação no próprio Marco Nunez, quando ele descobriu que esse documento, que era sigiloso, teria se tornado público quando eu levei os tiros. Aí ele ficou chateado. Ele falou: *“Pôxa, se o documento era sigiloso, como é que o repórter pode me ligar a mando do Octávio Gomes para depor contra você? Aí eu vi que tinha molecagem, porque o que me disseram é que você era um mafioso, estava ligado a um monte de bandidos da polícia”*. Está entendendo, Deputado? Então, isso foi o que aconteceu. Então, eu estou aqui para esclarecer o quê? Que grampo que teve? Qual é a prova técnica que teve esse grampo? O Octávio Gomes vai falar para todo mundo que eu fiz grampo nele a vida inteira, porque é a única forma que ele tem de dizer que eu



nunca trabalhei com ele. Mas eu trouxe documentos aqui da reclamação trabalhista e de uma ação civil, onde ele numa diz uma coisa e noutra diz outra. Está aqui comigo! Quer dizer, ele está instrumentalizando uma CPI para isso. Quem é Octávio Gomes!? Ele está sendo processado pela má gestão do IESEAJR. Tem uma *notitia criminis* violenta contra ele na Defraudações, pelo roubo que está na CAARJ, que eu já fiquei sabendo, porque o delegado de lá já me ligou. Está em trâmite lá agora. Eu não sei o número do inquérito, mas vou procurar saber e informarei aos senhores. Então, os amigos da Deputada Marina Maggessi são o Helinho, com quem ela falou que eu tinha que levar um monte de tiros nos córneos — olhem os amiguinhos dela! Este está preso em Bangu 8 — e mais a corriola toda do Álvaro Lins. E o outro grande amigo da Marina é o ex-Presidente da OAB, Octávio Gomes, que faliu a CAARJ. Faliu, literalmente, a CAARJ. Essas são as testemunhas que ela tem contra mim. Quer dizer, eu estou respondendo ao que aqui? Olha só: eu nunca fiz grampo em Octávio Gomes, até porque o senhor mesmo perguntou para ele: *“Qual é o interesse que ele teria em fazer grampo no senhor? Ah, inveja. Ele tinha inveja minha.”* Eu acho que ele é quem tinha inveja minha, porque tudo o que ele aprendeu em Direito quem ensinou fui eu. Ele era um semi-analfabeto, era um semi-analfabeto. As petições dele se encontram até hoje dentro da garagem do meu prédio, com todas as correções que eu fazia. Estão lá bilhetes dele, que estou ajudando nas reclamações trabalhistas, pedindo para corrigir ação dele. Pelo garrancho da letra dele dá para se ver que ele era um semi-analfabeto. Eu não sei se ele melhorou depois que foi Presidente da OAB. E fez esse desastre de administração que está aí, que vai explodir a qualquer momento nos jornais. Então, Deputado, eu não tenho nem o que dizer. Estão me acusando de um grampo, e o Ministério... Aí foi desarquivado por causa dessa informação que o Marco Nunez deu e que ele já admitiu. Certamente, isso vai ser arquivado, porque não há que se falar em prova no Direito Penal, quando essa prova material existe e existem vestígios. A perícia se torna indispensável. E eu não posso acreditar que o advogado, com a mínima experiência que tenha, vai desfazer um local de crime por mera curiosidade do que tinha na fita, porque não tinha nada nas fitas, pelo que eu fiquei sabendo. Tinha papo dele com a mãe, tinha papo dele em entrevista para *O Globo*. Quer dizer, então é um absurdo. Agora, eu estou aqui em respeito aos senhores, porque



eu tenho que prestar uma satisfação, realmente, mas eu levanto, desde já, o total interesse privado nesta CPI. Não há que se falar em interesse público, entendeu? Não há que se falar em interesse público. Aqui, o que está em jogo é o interesse privado, entendeu? É defender uma posição de um cara que está indo para o precipício, entendeu? E a Deputada Marina, idem. O senhor me desculpe eu estar falando isso aqui, ela não está presente, mas eu tenho que dizer, porque isso aqui, o que está aqui é uma vergonha: uma Deputada que se presta a trabalhar em conluio com uma quadrilha. Entendeu? E usar desse seu cargo para proteger um bandido, porque o Helinho, inclusive ela ofereceu que o Helinho ficasse na sua casa, caso a polícia fosse atrás dele. Quer dizer, é uma vergonha para mim, um cidadão brasileiro, ver pessoas honradas como os senhores estarem ladeados de uma Deputada que chegou, pelo pleito legítimo, onde os senhores chegaram, mas está aí. E o que ela está fazendo? Então, vou responder às perguntas que os senhores quiserem, mas dentro dessas limitações. Eu não fiz grampo nenhum, tenho aqui documentos. Eu não tenho que ficar discutindo. Ah! Eu vou ter que provar que eu não fiz gramos!... Ele é que tem que provar que fiz. Eu não posso provar o que não fiz, porque não está provado. O Ministério Público já... E ele não trouxe nada de novo. Ele trouxe uma fofoca que ele ajudou a fabricar. O Marco Nunez está aí e já depôs tudo. Se os senhores quiserem ouvir esse rapaz, seria de bom alvitre. Não sei, vai ficar ao arbítrio da CPI. Mas eu quero dizer com toda firmeza e com toda tranquilidade: eu não fiz grampo nenhum no Octávio Gomes, até porque eu não ia ganhar nada fazendo grampo nesse cara. Entendeu? Chamo de "cara" porque para mim está muito mais abaixo do que isso, mas vou chamar de "cara", pedindo desculpas aí para o senhores pelo termo chulo que eu estou usando. Eu não tenho mais nada a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Bom, Delegado Alexandre Neto, deixa eu esclarecer umas coisas a V.Sa., que eu acho que são importantes. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem por objetivo, como V.Sa. bem disse, investigar gramos telefônicos, sejam eles os legais, praticados pelas autoridades públicas, para saber quem os faz, quem os controla e de que forma são produzidas essas provas, de que forma são feitas as interpretações. Uma segunda vertente são os chamados de gramos ilegais propriamente ditos, que é um outro escopo dessa



CPI. E a terceira são os equipamentos de interceptação, quem os produz, quem os comercializa, quem os adquire, quem os fiscaliza. Então, nesta CPI surgiram depoimentos que lhe imputam a prática de um delito relacionado à interceptação telefônica. Então, nada melhor do que, no mesmo local onde lhe imputaram algo, V.Sa. poder dizer a sua versão, como V.Sa. já o fez no início da sua fala. Não obstante, existem outras coisas que são do interesse dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, que V.Sa., com certeza, poderá esclarecer, até porque na sua atividade profissional exerceu o mister de combater o crime na Delegacia Anti-Seqüestro, onde a interceptação telefônica é um instrumento necessário e fundamental para a localização do paradeiro não só das vítimas mas também por parte daqueles que são os autores do crime. Acho que esta CPI tem uma série de fatos que, primeiro, vão lhe possibilitar apresentar o seu ponto de vista sobre essa questão — e o senhor já fez no seu depoimento —, como também auxiliar esta CPI na busca da melhor legislação possível para a questão relativa à interceptação telefônica. Então, acho que aqui todos nós estamos cumprindo um dever público, V.Sa. está cumprindo um dever público, como também esta Comissão Parlamentar de Inquérito. No que diz respeito à Marina Maggessi, a mesma foi eleita pelo povo do Estado do Rio de Janeiro, e essas considerações devem ficar a cargo da Corregedoria da Câmara, se alguma representação formal for feita — e ao que parece até já foi feita e, se não me engano, a mesma foi arquivada. Mas acho que as coisas, no decorrer do tempo, serão devidamente verificadas e apuradas, e cabe à Casa fazer esse trabalho. Acho que aqui nós temos uma colaboração a dar, uma colaboração no sentido de que a gente aperfeiçoe as instituições, aperfeiçoe o sistema de interceptação. E acho que V.Sa. poderá contribuir muito pra isso. É o que eu tenho dito muito nesta CPI: ela não está aqui para condenar nem absolver quem quer que seja; o objetivo desta CPI, por mais que ela tenha ouvido os mais diferentes aspectos dessa questão — pessoas que foram condenadas e se sentem injustiçadas, pessoas que operaram indevidamente a interceptação telefônica, como, por exemplo, a Polícia Rodoviária Federal, que não é a Polícia Judiciária da União, mas por solicitação do Ministério Público e por determinação, no nosso entender, ou pelo menos no meu entender, equivocada, por parte da Justiça, realizou esse tipo de ação. Então, acho que tem várias coisas que ...



O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Isso não acontece só no âmbito da Polícia Rodoviária Federal. Aqui o Ministério Público Estadual está fazendo isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Então, V.Sa. poderá trazer essas colaborações, que são importantes também para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, eu vou passar a palavra ao Relator para os questionamentos dele. Depois, se tiver alguma outra pergunta, eu farei a V.Sa. Muito obrigado pela sua presença aqui hoje.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sr. Presidente, senhores, Dr. Alexandre Neto, primeiro, quero ratificar as palavras do Presidente desta Comissão, Deputado Marcelo Itagiba, e dizer, Dr. Alexandre, que jamais — eu sou Deputado de terceiro mandato, já participei de diversas Comissões Parlamentares de Inquérito na Câmara Federal — deixaria me instrumentalizar ou ser objeto de instrumentalização privada em uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O nosso objetivo aqui é apurar o que um cidadão brasileiro, ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Rio de Janeiro, falou. Ele procurou a Comissão Parlamentar de Inquérito, esteve lá na condição de depoente, e fez uma denúncia de que foi vítima de uma interceptação de suas comunicações telefônicas no seu escritório. Essa denúncia por si só já afirmaria, digamos assim, a competência da Comissão. O que cabe à Comissão? Ouvi-lo e ouvir a quem ele apontou como possível responsável por essa interceptação ilegal. Evidentemente, a Comissão, como o Deputado Marcelo Itagiba já bem aqui precisou, ela tem duas vertentes: uma, fazer o diagnóstico, e a outra apresentar sugestões. Portanto, a primeira pergunta que eu queria fazer a V.Sa. é a seguinte: o senhor trabalhou com o Dr. Octávio Gomes em que período?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Deixa eu ver aqui na reclamação trabalhista. (*Pausa.*) Na reclamação trabalhista que ajuizei contra ele... (*Pausa.*) Eu saí de lá, tecnicamente, em 5 do 3 de 2001. Eu fui admitido lá no escritório em 30 do 9 de 98 e saí em 5 do 3 de 2001. Eu era sócio. A inicial... Se vocês tivessem a inicial da reclamação trabalhista, ela tem tudo isso. Está aqui. Já que ele... Agora, veja bem. Aí tem a inicial da reclamação trabalhista. Então está aqui: o reclamante foi admitido em 30 do 09, quando eu deixei de ser sócio, porque



eu era sócio do escritório. Nós montamos o escritório juntos. Quando eu passei para delegado, eu tive que sair.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor ingressou no serviço público em que ano?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Ah, isso já está fora de questão. Deixe eu explicar. Eu ingressei em 84.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Como delegado de polícia?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Como delegado de polícia foi em 88, foi quando eu saí.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Antes o senhor era o quê?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Era inspetor, era detetive.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E a função do senhor no escritório era...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Eu advogava. Eu advogava. Dentro do escritório eu advogava. Só não assinava nada, mas eu advogava. Eu advogava. Eu não assinava nada. Eu, já como detetive, eu advogava e não assinava nada. Quando eu passei para delegado...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Delegado o senhor entrou que ano?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Foi em 88.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em 88 o senhor assumiu a função de delegado de polícia?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Delegado de polícia. Não. “*No ano de 94, o reclamante logrou a aprovação no concurso para delegado de polícia*”.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E ingressou...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Foi em 94 que eu passei. Em 88 foi quando eu saí do escritório e deixei a parte dele. Entendeu? Está aqui tudo na reclamação. O senhor dá uma olhada para o senhor ter uma noção boa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo, mas é só para ter clareza aqui. Então o senhor saiu do escritório em 2001, e em 94 o senhor passou a ser delegado de polícia?



O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não. Em 94 eu era delegado de polícia e continuei no escritório.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor entrou, assumiu como delegado de polícia em 94?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Em 94 e continuei no escritório.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E ficou até 2001?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Aí eu não atendia mais ninguém. Entendeu? Eu falei: agora sou delegado, não tenho mais como te ajudar. O que eu posso fazer é corrigir as petições, continuar na parte organizacional, mas advogar nem pensar.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas o senhor permaneceu na sociedade até que ano?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Até 2001. Não, na sociedade, até ser delegado. Depois que eu saí delegado...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Deixou a sociedade?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - É.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Passou só a ficar atendendo lá e tal. Atendendo, não, fazendo...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Na realidade, eu seria um empregado, cuja remuneração seria uma parte dos honorários recebidos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa reclamação, então, é a partir de 94 até 2001?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - É.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Período em que o senhor... Nessa reclamação, o senhor reclama que relação trabalhista?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Relação trabalhista, como empregado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas como advogado ou como empregado?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não. Como empregado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Empregado comum?



O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Empregado comum. É. Entendeu? Na realidade, havia toda a instrução, às vezes, jurídica do problema.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E teve algum conflito nesse período do senhor com o Dr. Octávio?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Deixe-me explicar. Ficou acertado o seguinte: se a gente saísse... O que aconteceu? Eu sou delegado. Nesse mesmo escritório, tinha um outro advogado, que se chama Roberto Gomes Nunes, que hoje também é delegado. O que aconteceu? Quando eu vi que o Octávio... O Octávio foi Presidente da CAARJ durante 2 períodos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A Caixa de Assistência?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - A Caixa de Assistência. Então, quando ele se tornou Presidente da Caixa de Assistência, eu sentia que ele já não valorizava mais o trabalho do escritório. Na realidade, ele abandonou o escritório. Quem ficou segurando a onda era o Roberto Gomes Nunes, advogado, que hoje é delegado de polícia, e o irmão dele, Alexandre Brandão Gomes, que ele tentou fazer Desembargador pelo quinto constitucional, falsificando documentos. Isso foi barrado aqui em cima. Detonaram o Alexandre. Então o que aconteceu? Eu sentia que, depois que ele foi Presidente da CAARJ por 2 vezes, ele ia se candidatar a Presidente da OAB. Eu falei: Roberto, eu não vou mais continuar aqui. Eu estou sentindo que o Octávio está c. (*termo excluído*) para o escritório. Ele já tinha outros interesses fora do escritório, ligados à CAARJ e à OAB. Então, vou te dar um conselho: tu estuda, porque isso aqui não vai demorar muito. No dia que ele for Presidente da OAB, ele vai dar um pé na nossa bunda e vai embora. Ele não vai mais ficar conosco. E não deu outra. Quando ele se elegeu Presidente da OAB, ele chegou para a gente e falou: olha, não dá mais para continuar com vocês. O Roberto Gomes Nunes já tinha feito o concurso e tinha passado para delegado. Entendeu? Para ele não dá mais. Eu falei: tudo bem. Então, vamos cumprir o que você falou, porque nós cedemos as nossas quotas para você, do escritório, gratuitamente. Então você nos indeniza. Ele falou que não ia indenizar nada. Entendeu?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Isso foi em que ano?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Foi entre 2000 e 2001.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Essa escuta foi em que ano?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Agora você me pegou. Eu não tenho... Isso é uma coisa que eu nem me preocupei. Entendeu?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então esse conflito foi entre 2000 e 2001?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - É. O que aconteceu? Aí, como eu trabalhava no escritório, eu peguei toda a documentação do escritório e retive comigo. Eu retive toda a documentação do escritório. Aí ele ficou preocupado. Eu falei: se você não compuser comigo, eu vou entrar com uma ação e vou dizer que o delegado de polícia era sócio do Presidente da OAB, era empregado do Presidente da OAB. Eu retive toda essa documentação comigo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor falou isso para ele?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Eu falei isso para ele. Aí ele falou: você faz o que você quiser. Eu não vou pagar nada. Eu falei: tá legal. Aí eu pressuponho que ele, por eu ter essa arma na minha mão, tentou fabricar alguma arma contra mim. Entendeu o que eu estou querendo dizer? Na realidade, realmente eu fiquei muito chateado com a volta que nós levamos, porque eu tive que entrar com uma reclamação trabalhista onde eu perdi em todas as instâncias — ainda, está no TST —, porque o tráfico de influência dele é muito grande, e as provas que tem nos autos são violentíssimas. Tem bilhete dele mandando eu trabalhar. O juiz mandou fazer perícia trabalhista e não levou em consideração sequer uma perícia. É a mesma coisa fazer a perícia e dizer que eu vou analisar. Ele sequer levou em consideração as perícias que foram feitas. Foram feitas 3 perícias, e ele nem passou pela perícia. Resumidamente, ele deve ter ficado chateado com a minha documentação, que estava comigo, ficou comigo. Ele naturalmente bolou alguma forma de me ter na mão, e aconteceu essa situação do grampo, onde ele me imputa. Realmente o gravador era meu. O que acontecia? Ele, antes de dar uma entrevista, perguntava para a gente o que ele ia falar na entrevista. Esse gravador era para gravar as entrevistas dele. Eu, há 2 ou 3 anos, esse Marco Antônio Nunez, eu tinha comprado dele, ele vendia esses antigrampos. Eu estava preocupado com o que o Octávio falava de besteira no telefone, que era muita besteira que ele falava, e eu falei: Marquinhos, você tem aqueles aparelhos antigrampos? Você pode me vender



para instalar um no Octávio e um na minha sala? Áí ele vendeu 2抗grampos: um foi instalado na minha sala, outro foi instalado na sala do Octávio. Só que não foi ele quem instalou. Quem instalou foi o cara do prédio.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Veja bem, Dr. Alexandre. A interceptação ocorreu em março de 2001?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, não. A interceptação, ele alega que ocorreu.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim, isso, março de 2001. Eu quero ler aqui um trecho do depoimento dele à Comissão Parlamentar de Inquérito. Queria que o senhor comentasse sobre isso. Ele disse o seguinte:

"No final de março de 2001, já Presidente da OAB do Rio de Janeiro, eu me encontrava em visita à Subseção de Cabo Frio, quando fui informado — por telefone pelo meu irmão, meu sócio de escritório —, que foi encontrado um gravador preso à minha linha telefônica quando algumas pessoas estavam retirando seus pertences do meu escritório de advocacia e levando para uma sala ao lado. Essas pessoas quem seriam? Seria o delegado Alexandre Neto e o delegado parceiro dele Roberto Gomes Nunes, juntamente com outro cidadão chamado Ivan, que estava na contabilidade com ele. Retiraram as mesas dele, e a minha secretaria com outros funcionários acharam o gravador e comunicaram ao meu irmão, que imediatamente tirou o gravador e reconheceu o gravador como se fosse do delegado Alexandre Neto, até porque continha as iniciais AN."

O que o senhor me diz?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - É verdade. Isso é verdade. O gravador era meu. E daí? Mas ele diz que achou. Ele pode achar que achou tudo. Tinha uma 45, um fuzil, mas por que ele não chamou a perícia?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas eu pergunto: esse gravador era de propriedade de V.Sa.?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Era meu. Esse gravador foi até devolvido para mim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor não deu falta dele?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Dei falta dele, mas e daí? A gente estava fazendo a mudança do escritório. Eu dei falta e falei: não vou brigar



por causa de um gravador de 60 reais, até porque a coisa já estava muito ruim. Eu já nem falava mais com ele na época. E esse gravador teria sido encontrado numa sala que não era minha. Esse gravador era de uso comum. Eu botei o meu nome para ele não levar. Então, está aqui. Qualquer coisa, esse gravador é meu. Agora, é muito pouca inteligência, se eu fosse gravar alguém, botar o gravador com o meu nome. Aqui não tem idiota. Eu vou gravar um cara com um gravador com o meu nome: este gravador pertence a Fulano de Tal? Só um português faria isso!

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas o gravador estava escondido.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Isso ele diz. Ele pode dizer tudo. Ele pode dizer que estava dentro de uma parede.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor estava na hora que o gravador foi encontrado, não?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não. Eu não estava na hora.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor disse que estava fazendo mudança.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Eu não. Estavam fazendo mudança. Eu não estava fazendo mudança nenhuma.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Olha o que ele diz aqui: *“Algumas pessoas estavam retirando seus pertences do escritório de advocacia e levando para uma sala ao lado”*. Ele disse que teve uma cisão lá, e o senhor com o outro delegado a que o senhor se referiu, que é o Dr. Roberto, estavam... Essas pessoas, quem seriam? Seriam o Delegado Alexandre Neto e o Delegado parceiro dele, Roberto Gomes Nunes.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não. Quem estava nesse dia... Eu nem estava, eu nem tinha ido lá. Nesse dia estava o Roberto, se não me falha a memória, o Ivan e mais uma série de funcionários. E quando eles tiraram lá, eles eu nem sei se eles viram ou se eles não viram.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E esse gravador... O senhor comprou esse gravador do inspetor Marcos, ou foi o equipamento antigrampo?



O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, comprei o gravador e comprei o equipamento antigrampo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Esse equipamento antigrampo foi instalado no terminal do senhor e no terminal...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - No terminal do Octávio Gomes.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Do Octávio Gomes.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - É.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em que é que consistia esse equipamento?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Para não deixar ter grampo, para não deixar ter grampo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas é porque... Eu não sou técnico da área. Eu quero saber...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Eu também não sou. Deixa eu explicar. Isso aí a gente comprou porque, o cara falou, esse antigrampo, ele apenas obstava esse tipo de grampo, o grampo que se fosse... Se fosse fazer na Telemar, ou na TELERJ, onde seria na época, aí esse antigrampo não funciona. Esse antigrampo funciona se você, por exemplo, for fazer uma instalação na caixa do prédio ou num terminal desse. Entendeu? Vamos supor...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E ele estava instalado?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Estava instalado no telefone do Octávio e no meu.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Estava ativo esse antigrampo?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Estava ativo. Pelo menos...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quando foi encontrado o gravador do senhor na linha do Dr. Octávio?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - É. Olha só, isso ele fala, eu não sei se foi encontrado. Entendeu ou não? Eu acho pouco provável, vou explicar por que. São perguntas que fizeram a ele, ou que... e que ele não respondeu. Eu deixei essas perguntas para serem feitas a ele lá na época da



corregedoria, e ele não respondeu. *O noticiante diz que no dia 20 de abril de 2001, por volta das 19, recebeu um telefonema de seu irmão, Dr. Alexandre Brandão, comunicando-lhe que havia encontrado um gravador portátil ligado a um de seus aparelhos telefônicos após a retirada de uma mesa, uma cadeira e uma mesa de telefone de propriedade de um cidadão chamado Roberto, que fora sócio do escritório do depoente até dezembro...* Mentira. O Roberto trabalhou lá até março de 2001. Ele está mentindo desbragadamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas ele está dizendo que a interceptação foi em março de 2001.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Pois é. Olha só, então veja bem: como é que eu estava interceptando ele desde 99? Se eu não estava mais no escritório, então desde 99 eu ia lá e botava um grampo na sala dele?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não, mas o senhor declara que saiu do escritório em 2001.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Exatamente. Ele está mentindo. Ele mente, ele mente. Olha aqui. O Roberto não foi ao escritório do... Porque ele diz que eu fui ao escritório até antes disso, eu saí de sócio antes. O senhor está...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo. Mas aí o senhor comprou esse equipamento na mão do inspetor Marcos.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Peraí. Aí eu pergunto: olha só, *um cidadão chamado Roberto*. Primeiro, ele não pode chamar o Roberto de cidadão, porque ele sabe que o nome do Roberto é Roberto Gomes Nunes, foi sócio do escritório dele, entendeu? Foi sócio. Como é que você chama o cara que foi seu sócio de "cidadão Roberto"? Aí eu pergunto: qual o nome completo desse cidadão? Porque essas perguntas ele não respondeu. Dois: há quanto tempo conhecia? Quanto tempo foi sócio do escritório? Três: qual o local ou sala que o mesmo ocupava no escritório e qual a função que exercia? Porque ele chama o cara de cidadão, dá a impressão que era um cara qualquer. Isso tudo ele não respondeu. Se o tal cidadão foi sócio do escritório até dezembro de 99, por que então somente foi retirar os seus pertences em abril de 2001? Por que deixou de ser sócio? Após deixar de ser sócio, continuou freqüentando o escritório? Em que condição? Recebia



pagamento? Como? Áí, bom, após a retirada de tais pertences, o senhor sabe informar ainda se permaneceram outros materiais de propriedade de terceiros no local? Em caso positivo, a quem pertenciam e quais eram esses materiais? Quem encontrou o tal gravador? Em que circunstâncias? Em que sala? Quem ocupava a sala? Quem tinha acesso a ela? Qual a determinação que o noticiante deu ao Dr. Alexandre Brandão Gomes em razão de tal achado? Isso ele não respondeu. O noticiante contactou alguém após falar com o Dr. Alexandre Brandão? Quando e em que dia? O noticiante possuía algum dispositivo em seus telefones que impedisse a escuta clandestina? Quem os instalou? Quem providenciou tal instalação? Quem fazia a manutenção dos telefones do escritório? *O noticiante afirma que o gravador encontrado tinha um logotipo composto pelas letras AN, o que o identificava como de propriedade do Alexandre Neto, que fora a seu escritório até 88, quando logrou a promoção para delegado de Polícia.* Como o noticiante pode afirmar que as iniciais AN são do Dr. Alexandre Neto? Como pode afirmar que o gravador era dele? Ele vai dizer: *“Porque o Alexandre Neto foi meu sócio.”* Entendeu? Ele não respondeu isso. Se ele fora sócio do escritório até 88, como então poderia um gravador permanecer no local até abril de 2001? Porque, se eu fui sócio do escritório até 88, como é que um gravador meu estava no escritório até 2001? Explica, doutor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele pode não ter querido revelar que existia uma relação profissional entre V.Sa. e ele...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Mas ele não pode esconder...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu não tenho nenhum documento de procuração dele, agora a questão é a seguinte...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Excelência, ele não pode esconder a verdade de uma CPI. Ele está mentindo, então. Ele não pode querer a verdade só dele.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Eu não estou discutindo...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Ele tem que dizer a verdade nua e crua.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não. Eu acho que a verdade do que nós estamos procurando aqui é descobrir os fatos. Aí o senhor, como depoente, pode ajudar a esclarecer.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Vamos lá.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Por exemplo...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - A outra pergunta que eu fiz a ele, olha só, e que não foi respondida: o Dr. Alexandre Neto foi sócio do escritório por quanto tempo? Deixou de freqüentá-lo após deixar de ser sócio? Qual o local ou sala que o mesmo ocupava no escritório e qual a função que exercia? Recebia pagamento pelos serviços que prestava? Como? O chamado *plug* de conexão que ele alega que sumiu também possui alguma marca? Quem orientou o Dr. Alexandre Neto a desfazer o local do indigitado crime? Por que ele não acionou de imediato a perícia? Por que não comunicou o fato à 1^a DP? O Dr. Alexandre Brandão contactou alguém além do senhor? Quem? Por que o noticiante não acionou a perícia quando chegou ao Rio?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Alexandre...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Tudo isso está aqui.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Só lhe fazer uma pergunta. O senhor, como delegado da Divisão Anti-Seqüestro, participou de alguma interceptação telefônica...?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Várias.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... ou determinou?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Várias.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então V.Sa. conhece como funciona o mecanismo de uma interceptação telefônica.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Oficial, sim.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim. Certo.

Qual é a relação que o senhor tinha com o inspetor Marcos?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - O Marcos... Eu conheci o Marcos quando eu entrei para a Polícia. Ele teve um irmão assassinado, e ele na realidade... ficou muito abalado, e a gente foi ajudar ele. Aí depois eu vim a saber que ele na realidade era um cara que trabalhava no setor de recursos especiais, e



ele, quando o grampo ilegal era legal, ele fazia muito grampo legal. Esse é outro detalhe que...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ilegal.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, legal, porque na época não era ilegal. Então ele trabalhava no recurso e fazia muito isso. Quer dizer, é mais...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então ele trabalhava, quando o senhor conheceu ele, ele trabalhava num segmento da Polícia Civil... trabalhava nessas operações de escuta.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - De escuta, exatamente. Então o que acontece?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele era um especialista nisso?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Isso. Quer dizer, se eu fosse pedir a alguém para fazer alguma coisa errada para mim, eu não ia pedir para um terceiro, eu pediria para ele, até porque ele estaria sempre no meu bolso, concorda?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Eu ia pedir para ele. Eu ia falar: *"Marco, tu é meu amigo. Faz o seguinte, faz escuta ilegal aqui no Octávio para mim, porque, se der problema, tu vai dizer que eu que mandei e você fez."* Entendeu, doutor? Se eu tivesse que pedir para alguém fazer isso...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor sabe me dizer, Dr. Alexandre...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - ... eu não pediria para um terceiro, eu pediria para ele.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Tá. Mas o senhor sabe me dizer se o inspetor Marcos, ele... No Ministério Público, ele teria declarado que o senhor teria contratado um cidadão chamado... Cidadão porque eu não o conheço.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - João. Não, deixe eu explicar, vou lhe adiantar.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O João.



O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - O João. Olha só, quem é o João? O João forneceu... O João é um cara que trabalhou no prédio. Porque... Eu vou lhe explicar. Quando eu comprei o antigrampo do Marco, eu não pedi nem para ele instalar. Por quê? Eu sabia que ele fazia esses trabalhos na época. Então eu pedi...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quem, o João ou o Marcos?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, o Marcos. Na época, antes de a lei ser tornada crime, ele fazia grampo para a Polícia, direto. Trabalhou com a Marina, trabalhou com o João (*ininteligível*), trabalhou com um monte de gente. Bom, por que eu fiquei preocupado? Eu falei: “Ô Marquinho, eu só quero que você me venda o antigrampo.” Porque eu fiquei preocupado de eu mandar ele instalar o antigrampo e ele saber quais os telefones que estariam instalando, e aí...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas por que teria pedido que ele lhe arrumasse o antigrampo e ao mesmo tempo um gravador?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Porque um gravador é para servir para fazer...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, não. O gravador a gente usava... Deixa eu explicar. O Octávio Gomes, ele dava entrevistas. Tanto é que numa das fitas, na fita que foi apreendida, tem uma entrevista dele para a *Rádio Globo*. Ele dava entrevista e gravava as entrevistas no gravador, entendeu?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O gravador foi adquirido com que finalidade?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - O gravador servia para gravar até conversa telefônica da pessoa que estava falando. Entendeu o que eu estou querendo dizer, ou não? Quando ele dava uma entrevista para a *Rádio Globo*, ele gravava a entrevista. Tanto que no gravador, na fita...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele foi adquirido com essa finalidade?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, foi adquirido também com essa finalidade de gravar conversas nossas. Vamos supor: você está falando com alguém, você quer gravar aquela conversa, você vai e grava. Aí você tinha que



tirar 2 fios, tirar o antigrampo e botar o gravador. Entendeu ou não? Não dá para você fazer com o antigrampo. Quer dizer, eu achei estranho de ele ter me acusado de um grampo se, para você ter um grampo...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então foi convencionado...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Esse gravador...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... entre vocês do escritório que algumas ligações que eram recebidas ou...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não. Se alguém quisesse usar o gravador para gravar alguma conversa telefônica, podia pegar e gravar, entendeu? Esse gravador ficava à disposição.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Era usual esse tipo de procedimento...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Era usual.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... dentro do escritório?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Até mesmo para o escritório, até porque ele mesmo, o Octávio, quando dava entrevista, gravava as entrevistas para a *Rádio Globo*. Ia fazer uma pergunta, um amarelinho, sei lá o quê, ele gravava. “Ó, vou gravar a entrevista. Ficou boa? Ficou legal?” Entendeu? Não tinha esse problema. Isso aí era uma coisa corriqueira. Não tinha...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Além de para gravar, o equipamento foi adquirido para que outras finalidades?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, só isso, mais nada, ou até gravar conversa mesmo na sala, porque ele era pequeno — nem tão pequeno, era mais ou menos, podia gravar. Botava ele num lugar, ele gravava a conversa que estava numa sala, entendeu? Uma escuta ambiental. Foi adquirido para isso, mais nada. Não tem nenhuma...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E esse João quem seria?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - O João... Então o que aconteceu? Quando eu comprei o antigrampo, eu fiquei preocupado de dar para o Marco e mandar ele instalar, porque eu falei: pô, vou mandar esse maluco instalar, ele vai achar que tem alguma coisa errada... Como ele tinha um tráfego bom com esse pessoal que fazia grampo ilegal — ele conhece todo mundo que fazia esse



grampo ilegal —, eu falei: vou botar ele para instalar, ele vai acabar ficando grilado e vai mandar grampear esse telefone, não por aqui, mas por fora ou por algum outro meio. Aí eu pedi para o rapaz que trabalhava no prédio, que era o rapaz que fazia a manutenção dos nossos telefones, para instalar, entendeu? Que era o cara que conhecia...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O antigrampo.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - O antigrampo. Porque era o rapaz que conhecia o sistema, que era um sistema digital...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Esse João é o quê? Ele é funcionário do prédio?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Esse João era funcionário do prédio, do Othon.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas era o quê, era o zelador, ou trabalhava...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, ele trabalhava com essa... Toda a parte de telefonia do prédio ele conhecia.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O prédio tinha uma pessoa só para isso?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, o Othon, ele credenciava pessoas para trabalhar lá.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Era o prédio... no antigo Othon?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Era o prédio... É o Othon, é. É o prédio da administração.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Aquele prédio circular que tem no centro.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, é um prédio velho, um prédio antigo que tem aqui em frente à Marinha.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Então o João fazia... Todo trabalho de telefonia nosso quem sempre fez foi o João, entendeu?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele foi contratado.



O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Ele já era contratado do escritório. Ele era contratado do escritório só para cuidar dos telefones.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Para fazer o quê?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Trabalho de telefonia. Ele fazia a manutenção das linhas. Dava um problema na linha, *“João, vem consertar”*. Então, nada melhor do que a pessoa que faz a manutenção para instalar.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E quem fez a contratação, foi V.Sa. ou foi o Dr. Octávio?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, o escritório, o escritório fazia normal. Ele era a pessoa indicada porque ele conhecia inclusive...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele prestava serviço ao escritório.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Ele prestava serviço não só ao escritório, como a todo o prédio do Othon.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Prestava serviço a todo o prédio. Então, a gente pegou e falou: *“Já que você presta ao prédio, quanto é que você cobra pra ficar?”* Ele disse: *“Ah, cobro tanto.”* *“Então, por favor, toma conta aqui pra mim”*, entendeu? Então, foi isso que ele fez. Então, ele fazia isso, ele instalou o antigrampo, mais nada. O Octávio, quando...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E a que o senhor atribuiu o fato de o Inspetor Marcos, no Ministério Público, ter afirmado que o senhor teria contratado o Sr. João para poder instalar o equipamento antigrampo?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, isso aí... Eu não sei o que ele falou. Apenas ele diz que o João teria instalado, o João não instalou grampo, o João instalou antigrampo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele não declarou isso no Ministério Público?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, ele declarou porque ele foi levado a declarar isso, erroneamente, pelo Octávio. Depois, ele viu, *“Doutor, eu fiquei com medo porque ele falou que o senhor estava com a máfia, estava*



colado com esses bandidos todos da polícia e que era melhor eu falar alguma coisa...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, ele declarou isso no Ministério Público?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - O quê?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - De que o senhor teria contratado o João para botar o ...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - É, segundo eu fiquei sabendo, ele declarou. Depois é que ele...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Depois, ele refez o depoimento dele.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Depois, ele refez, porque ele viu que o raciocínio a que induziram ele não era verdadeiro.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas ele refez o depoimento na CGU?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Nos dois lugares. O da CGU... Está aí, mandei para os senhores. Os senhores não receberam?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Recebemos.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Ele foi na COINPOL e foi na CGU. Ele refez... Logo depois que eu sofri o atentado, o que que aconteceu? O Álvaro quis tornar isso público, porque eu chamei o Álvaro de suspeito. E hoje as investigações da Federal levam pra esse lado. Está até marcado aí, Dr. Marcelo. Se o senhor pegar, nesse guardanapo aí, ó, o senhor vai dar uma olhadinha, vai ver aí. Aí começa a ser citado o meu nome nessa investigação. Então, o que que aconteceu? Quando ele viu... Quando o Marcelo Tchao, que é o repórter da Globo ligou pra ele e falou: *"Você é o cara que ouviu essa situação, que falou isso, isso e isso?"* Ele falou: *"Olha, só. Eu falei, sim, mas eu falei induzido pelo Dr. Octávio Gomes, porque ele pegou um tal de Sávio Mafra e me levou na frente da Dra. Mônica Di Piero e falou que eu era... que eu estava indo prestar depoimento pra outro bandido, para o Alexandre Neto, que estava sendo investigado pelo MP."* Entendeu? Isso foi endossado lá, está sendo...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas na CGU ele declarou isso?



O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, na CGU ele desfez tudo. Na CGU ele nunca declarou isso. Ele declarou isso no Ministério Público.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas ele foi em algum momento acusado de ter problema mental?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não. Pelo que eu fiquei sabendo, ele foi... O que que aconteceu? Deixa eu explicar, é complicada a história. Esse Marco Nunez é o precursor das indenizações que hoje a Microsoft sofre na Europa. O que que acontece? Esse rapaz foi preso pela Polícia Federal, eu acho que em noventa e pouco — não, em 98, por aí, 98, 99; acho que foi 98 —, por ter feito uma interceptação ilegal no Fernando Henrique. O que que ele fez? Ele tem um estudo. Quando a Microsoft começou a vender esses programas aqui no Brasil, ele descobriu que todos os programas da Microsoft têm uma janela, por isso que eles chamam Windows, que o dono da Microsoft, se você tiver um programa da Microsoft instalado no seu computador, numerado e registrado, o Bill Gates, ou quem quer que seja por ele mandado, entra no seu computador e pega todos os seus dados, entendeu? Então, o que que acontece? Ele pegou, descobriu isso. Ele começou a fazer esse alarde, e aí algumas pessoas ligadas à Microsoft começaram a bombardear ele. Aí o que que ele fez? Ele viu que o Fernando Henrique Cardoso tinha um programa da Microsoft, comprou legalmente o programa, entrou lá no programa e viu que o Fernando Henrique tinha. E ele quis provar que o programa da Microsoft era vulnerável. O que que ele fez? Invadiu o *e-mail* lá do Fernando Henrique, entendeu? E por causa disso, prenderam ele, botaram ele em cana, interceptação, um monte de coisa. Ele foi processado, acho que foi absolvido, mas botaram ele como maluco, entendeu?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas, em algum momento, o senhor alegou, em algum depoimento, que ele teria problema mental, ou não?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Ah, aleguei, na Corregedoria, aleguei.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Para desqualificar o depoimento dele?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, não para desqualificar. Porque, olha só: quando ele foi na CGU, quando ele foi no Ministério



Público e falou contra mim, do jeito que ele falou, que eu teria feito isso, que eu teria feito aquilo, que eu teria arrumado uma prostituta pra ele fazer um *site*, eu fiquei p. (*termo excluído*) da vida. Eu falei: “*Meu irmão, olha só. Primeiro, a garota, eu conheço há 15 anos, há 20 anos, e ela é atriz pornô, e você estava duro, sem dinheiro; eu botei ela pra fazer o trabalho pra você de site.*” Só que, o que que aconteceu? Ele acabou se apaixonando pela menina. E a mulher dele, que seria s. (*termo excluído*), começou a gostar da mulher, e aí não fizeram o trabalho. A garota me ligou reclamando. Eu falei: “*Ô, cara, deixa de ser moleque, rapaz, você está duro, sem dinheiro, eu te arrumo uma pessoa pra fazer o trabalho, você vai e ainda quer ficar de — desculpe o termo — de s. (termo excluído) com a mulher! A mulher está me ligando aqui chateada.*” E, bom, ele ficou pau da vida comigo e falou: “*Ah, eu não vou fazer mais nada, não. Você pára de me ameaçar.*” Eu falei: “*Eu não estou te ameaçando, cara, eu estou dizendo que você está sendo desonesto.*” E dei um esporro nele. E falei: “*Olha só, ela não vai te pagar nada*”. Porque o ideal era que ele pagasse o trabalho. Mas aí ele falou: “*Como ela tem mais amigas que querem também fazer o site, eu vou fazer o dela de graça, e os outros eu vou cobrar.*” Eu falei: “*Está ótimo. Eu quero que você faça o trabalho.*” Aí, ele me pediu pra apresentar a menina, e eu fui e apresentei, até por que era uma consequência natural. Se ele vai fazer o *site* de uma atriz pornô pra botar na Internet, ele tinha de conhecer a menina, e eu apresentei. Pois isso foi o maior problema, porque aí começou a ter contato com a menina, começou a se engráçar com a menina, e aí deu um problema sério. Aí eu dei um esporro nele. E o que que ele fez? Foi reclamar... Aí, tinha que pagar 200 reais. Eu falei: “*Olha só, ela não vai te pagar nada, porque ela quis te pagar e você falou que não ia cobrar nada e você não fez o trabalho. Olha, se você não fez o trabalho, você não pode cobrar nada. Então, ela não vai te pagar absolutamente nada, cara. Faz o que tu quiser. Tira o site dela do ar, porque tu não fez, não vai nem entrar no ar. Eu já pedi pra outra pessoa fazer. Porque ficou mal pra mim, eu te apresentei como um cara bom de Internet, você é bom de Internet, é um cara respeitado, está se... se deixando envolver por causa de uma situação sexual, quando a tua situação é profissional.*” O que que ele fez? Foi reclamar de mim para o Octávio, entendeu? Falou: “*Octávio, aconteceu...*” Aí o Octávio aproveitou: “*O quê? Ele é um bandido, me grampeou, sei lá o quê, ele é um*



tal de João." Ai ele: "Ah, o João, eu sei quem é o João, é um cara inclusive que comprou mais dois antigrampos comigo." Está entendendo? Foi essa a história. Aí ele aproveitou pra embuchar o João. O João não tem nada ver com essa história. O João é um cara totalmente simples. E foi o que falei pra ele. Eu falei: "Ô, *idiota*, se eu fosse pedir pra alguém fazer..." Depois que ele me ligou. Ele me ligou... Eu tenho até hoje o... o correio eletrônico que ele me pediu quando eu sofri o atentado. Eu tenho, ele me mandou. Eu não estava mais falando com ele, eu não falei mais com ele. Eu dei um depoimento na CGU escutachando ele, que ia provar que ele era safado. A menina ia ser ouvida, o João ia ser ouvido, o outro rapaz que fez o *site* pra menina ia ser ouvido e ia escutachar ele. Mas o que que houve? Ele deve ter sabido disso.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E essas pessoas foram ouvidas na CGU ou não?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, não foram.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O João foi ouvido?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, o João não foi mais ouvido, porque o que que acontece? Aí, quando deu o problema, quando eu fui baleado...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Alexandre, só me tira uma dúvida. Foi aberto um novo procedimento na CGU?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, olha só: eles desarquivaram o procedimento.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, o procedimento está em curso ainda?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Está em curso, já foi ouvido...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - E o João já foi ouvido nesse procedimento?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, não foi ouvido, porque ele retirou, ele falou... Realmente, doutor, o senhor me desculpa, eu não... Eu sei que o João...



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O Marcos retirou todas as acusações?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Retirou, está aí.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nesse novo procedimento?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Nesse novo procedimento.

Está aí, eu mandei para os senhores. Os senhores não leram essas... essas declarações dele? Os senhores não leram? Ele deu um depoimento na CGU e deu um depoimento na COINPOL.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Certo.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Entendeu? Então, é por isso que eu estou falando, se a justificativa era essa, essa justificativa não existe mais. Ela não existe. Eu vou lhe dizer aqui, eu vou lhe mostrar. Eu não estava falando com ele, eu parei de falar com ele — parei. Aí, no dia do atentado, passaram-se uns dias, ele... Deixa eu ver um negócio aqui — eu até guardei isso porque é importante. Deixa eu só ver aqui. Aqui, ó. Dá licença pra eu mostrar para o senhor, só pra o senhor dar uma olhadinha. Aí ele bota: Marco Nunez... (*ininteligível*)... Eu sofri o atentado no dia 2, fui para o hospital dia 3, não atendi ninguém no dia 4 e no dia 5. No dia 6, eu comecei a atender, foi numa véspera de feriado. Aí ele mandou isso aqui. Eu não atendi, eu recebi o recado, entendeu? Foi o que ele me mandou. Aí que ele me contou a história do Tchao, que teria ligado pra ele a mando do Octávio pra falar mal de mim. Isso inclusive está no depoimento dele. Ele bota inclusive o telefone do Tchao, que eu chequei o telefone do Tchao, do repórter. O Tchao liga pra ele e diz: “Ó, o Octávio Gomes mandou te ligar aí pra você dar um depoimento contra o Alexandre Neto.” Aí ele faz e desfaz. Inclusive, Deputado, isso aí está na investigação da Federal. O senhor está lendo aí? Está na investigação da Federal, ele desmentindo essa versão que foi apresentada aí pelo... de eles querendo me pichar, naturalmente. Porque havia... Na realidade, havia um grande conluio. Nós descobrimos depois que a Mônica Di Piero, além de ser amiga do Octávio, ela é muito amiga do Álvaro Lins. A Mônica Di Piero, hoje desembargadora, ela é comadre do Álvaro Lins, entendeu?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Quem seria a Sra. Edilene, Dr. Alexandre Neto?



O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Quem?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - A Sra. Edilene. O senhor conhece uma senhora com o nome Edilene?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Edilene, não. Sidilene.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sidilene.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Sidilene foi uma namorada que eu tive.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ela teria guardado alguma fita, alguma coisa que teria sido objeto de interceptação do senhor na sua atividade profissional?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não! Nenhuma, nenhuma, nenhuma, nenhuma.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ela não teria declarado em nenhuma instância isso?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Pelo que eu saiba, não. Não é Edilene, é Sidilene. É minha amiga até hoje, eu sou padrinho do filho dela.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, o senhor acredita que essa interceptação que aconteceu no escritório do Dr. Octávio... O senhor acha que teve interceptação no telefone dele ou...?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Olha, eu acredito que não tenha havido, sabe por quê? Se tivesse havido, ele não ia perder essa chance para me arrumar um problema. Só que eu acho o seguinte: ele pode até ter feito isso, mas aí ele deve ter visto que se ele fosse chamar um perito, ele ia dar um tiro no pé, entendeu? Porque como é que ele ia explicar um telefone com antigrampo ter um grampo?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas o senhor não falou aí nas declarações que soube que algumas fitas só tinham conversas pessoais dele, que não tinha mais nada grave? Então, em fitas houve interceptação.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, não sei. Não necessariamente. Porque você pode ter uma fita que você gravou normalmente e está dizendo... Olha só, se eu pego um gravador e falo assim, ó.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas não, no início do depoimento o senhor disse o seguinte: *“Eu acho que não tem interceptação.”* Aí, depois: *“Não, eu soube até que as fitas não tinham nem nada demais porque...”*

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Eu vi, eu vi na CGU, está lá no depoimento da CGU, está lá a degravação da fita. É uma entrevista para a *Rádio Globo* e uma conversa com a mãe dele.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas isso objeto de interceptação?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, não sei. Ele alega que essa fita estaria no gravador, entendeu? Agora, era normal ele gravar as entrevistas na *Rádio Globo*; a conversa com a mãe dele — eu não sei se ele gravou, ele pode até ter gravado —, isso eu não sei te dizer. Entrevista com a *Rádio Globo*, eu sei que ele gravava sempre. Agora, a conversa com a mãe dele, eu não sei se ele gravou, entendeu?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, o senhor acha que esse conflito que aconteceu entre ambos... Segundo, pelo que eu entendi, pelo depoimento do Dr. Otávio, ele teria atribuído que havia um conflito, e isso não é negado por V.Sa. em função da relação...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, com certeza, houve conflito, tanto é que...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... empregatícia, que o grampo teria sido feito em função desse conflito como um instrumento de saber alguma coisa que pudesse ser objeto de...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, mas aí, olha só: qual o interesse que eu teria nisso? Entendeu? Eu vou transformar em quê? O que eu tinha que fazer, eu fiz, está aqui, ó, uma reclamação trabalhista. Aqui, detalhadamente, detalhando tudo. E, aí, a contestação dele diz o seguinte: que eu não era sócio do escritório, que eu nem freqüentava o escritório. Olha só: ele chegou ao cúmulo de mentir. Eu estou com uma ação cível, está em trâmite agora. Eu vou ouvir o Marco Nunez, eu vou ouvir o Ouvidor-Geral da OAB, Arnon Vilmovitsky, porque essas pessoas me viam dentro do escritório. Ele tem a cara de pau de dizer, na audiência trabalhista, que eu sequer tinha sala no escritório, quando eu tinha sala



no escritório, a minha sala ficava atrás da recepção. A sala onde teria sido encontrado o gravador seria a sala do Dr. Roberto, que hoje é delegado. Entendeu ou não?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Então, o gravador não foi na linha dele?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, o gravador foi encontrado numa sala de uma outra pessoa que não eu.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sim, mas na linha do Dr. Otávio?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Teria sido encontrado na linha... Isso é o que ele fala, ele pode falar o que ele quiser. Ele teve a chance de... Olha só, ele me imputa 2 crimes: um de interceptação, outro de invasão de domicílio. E não teve ninguém para fazer perícia nisso? Ele não chamou a perícia, ele não confia na perícia. O pai dele é delegado, foi Secretário de Estado de Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele registrou queixa na delegacia?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, não, ele não foi na delegacia, ele foi na CGU, ele não foi em delegacia. Olha só que absurdo. Qualquer advogado, um bê-á-bá, um estagiário, sabe que se você tem um crime, esse crime deixou vestígio, o que que é indispensável? Exame de corpo de delito. Ele, como advogado, desconhece isso? Aí ele pega um gravador (*ininteligível*) e fala que eu grampeei ele, fala que eu entrei na sala dele e também não faz perícia para verificar se houve arrombamento, se houve um indício de arrombamento? Não é verdade? Olha só: isso, doutor, ele fala que... isso aconteceu na sexta-feira, não é? Bom. Se eu entrei no prédio, que dia que foi? Ou sábado ou domingo. Por que que ele não ouviu ninguém do prédio? Por que que nenhum porteiro do prédio foi ouvido? Explica?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Por que nem ele nem o senhor arrolou o seu João para prestar depoimento e esclarecer?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - O João já prestou depoimento na Corregedoria.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Na CGU?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Na CGU.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nesse procedimento novo?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, novo, não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas antigo, o João negou.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - O antigo, já prestou.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Negou qualquer tipo de...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Negou, claro que ele vai negar. Ele não tem nada a ver com isso. Ele quis dar uma pressão no João para justificar a atitude dele. *“Não foi você que botou grampo, não?”* Entendeu? Claro, ele tinha que botar a culpa em alguém. Depois da c. (*termo excluído*) que ele fez, de ter desfeito o local que... Se havia grampo, como é que ele desfez o local? Tanto é que ele chama o (*ininteligível*) na NIACOM. Ele vai no Ministério Público, leva um técnico da NIACOM, que foi outra empresa que ele botou para fazer a perícia, e o cara da NIACOM diz: *“Por ser uma inspeção de rotina, o declarante não se lembra se foi solicitado qualquer informação sobre colocação de escuta telefônica no computador ou programa, mesmo porque o declarante não tem condições técnicas de avaliar se foi colocada uma escuta telefônica em qualquer aparelho de telefonia fixa.”* Entendeu? Ele, não satisfeito, vai na NIACOM, pega esse cara aqui, um técnico — está vendo? —, aí, ele vem e bota o cara, e o cara diz: *“Ô, Dr. Otávio, o senhor me desculpa, mas eu não tenho como dizer.”* Entendeu? Se lá tinha um boleto, se lá tinha um boletador, certamente esse boletador ia dizer se houve alguma interrupção na linha. E o boletador não disse. Está entendendo o que eu quero dizer? Então, quer dizer, aí, vale o que ele quer botar, ele era Presidente da OAB. Presidente da OAB é um respeito terrível. Onde o Presidente da OAB chega e fala alguma coisa, ó: é o Presidente da OAB. Hoje, já se viu que não é bem assim. Então, lamentavelmente, eu fiquei no meio dessa confusão aí, mas está tudo certo, eu estou caminhando com os meus pés. Entendeu? A verdade é essa.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Alexandre, o senhor tem alguma relação com o policial chamado... o delegado Dr. Ricardo Teixeira?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Tenho, claro. Ele é pai do Dr. Alexandre Abraão, Juiz da Auditoria Militar.



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele é o quê? Delegado?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Delegado de Polícia.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Qual a relação que o senhor tem com...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, relação, colega, foi... foi mais de amizade. Hoje não é tanto, porque ele brigou com a mulher dele, eu fui testemunha da mulher dele, em favor da mulher dele, contra ele, mulher que ele viveu, a Nanci. O Dr. Marcelo Itagiba, com todo o respeito, deve saber dessa história também. E ele falou que não era... Esse é outro maluco.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas ele imputou alguma acusação contra o senhor, não?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Ah, isso eu desconheço. Eu desconheço. Eu só sei que ele ficou muito chateado comigo porque eu fui defender a mulher dele. O que que acontece? Ele conviveu com essa Nanci durante quantos anos, Deputado? Muito tempo. Aí, um belo dia, ele briga com a mulher e fala que ela nunca foi nada dele. E, pior, fala que ela era a maior p. (*termo excluído*) da Polícia Civil. Como é que você pode chamar a mãe de uma filha que você tem com ela de p. (*termo excluído*)? A filha dele é colega nossa. A Nanci, eu conheci, eu conheci a Nanci através dele, como mulher dele. Aí eles brigam, e ela ficou pau da vida e me botou como testemunha dela, eu fui ser testemunha dela. Eu vou mentir? Não preciso mentir. Eu falei: “*Ricardo, tu me desculpa, gosto de você, mas eu não vou mentir para você, meu, quem me apresentou a Nanci como tua mulher foi você mesmo, como é que eu, como é que eu vou desmentir isso? Não vou desmentir.*” E fui a favor da mulher dele, e depois a favor da mulher dele. E, aí, a partir disso, ele ficou uma fera comigo. Entendeu?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas ele fez alguma acusação contra o senhor, não?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não. Pelo que eu saiba, não.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele trabalhava em que departamento da Polícia?



O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Ah, não sei, ele trabalhava em delegacia normal, não tinha departamento específico, a gente trabalha...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ele é delegado de polícia?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Ele é delegado de polícia, está em atividade, está trabalhando, eu não sei aonde, mas que ele está trabalhando ele está. Mas, depois desse entrevero, ele ficou muito chateado comigo porque eu me prestei a depor em favor da mulher dele, que é uma verdade. O Rio de Janeiro inteiro sabe que a Nanci, que é papiloscopista, é mulher dele, e ele chega para dar um depoimento dizendo que a Nanci não era nada, que era uma p. (*termo excluído*) que todo mundo da Polícia Civil tinha c. (*termo excluído*). Eu fiquei... fiquei chateado também. *“Não, você fica tranquila.”* E depois a favor. Aí, em razão disso, eu não sei se ele falou alguma coisa contra mim. Mas que eu falei a verdade, eu falei. E verdade, aliás, incontestável, porque todo mundo que conhece ele e conhece a Nanci sabe.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor considera que essa é uma versão que o Dr. Octávio montou?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Vou explicar o que eu acho: é uma versão que ele tem que montar em todo lugar que ele vai porque isso inclusive o vitimiza, o vitimiza. Porque é muito fácil falar mal da Polícia: *“Ah, ele me grampeou. Não vai na onda desse cara, não.”* Essa reclamação trabalhista, se o senhor ler essa reclamação trabalhista e ler todos os documentos que nela se contém, não tem como o senhor falar que eu vou perder uma ação dessa, e eu perdi.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Perdeu a reclamação?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Perdi. Está no TST. O senhor acredita nisso? Se eu pegar a documentação que tem lá dentro, os bilhetes que ele mandava para mim, mandando eu trabalhar, com a letra dele, atestado pela perícia... O juiz de primeiro grau não levou em consideração uma prova pericial, uma prova pericial. O tribunal, idem. Ele tem um *lobby* forte no tribunal. Entendeu? Só isso. É o quê? Eu estou brigando. Entrei com uma ação cível, entrei com uma ação cível e, para o senhor ter uma idéia, a ação cível, eu entrei com a ação cível, alegando tudo isso, que eu perdi promoção. Como é que você pode... Ele, um



advogado, vai me acusar de uma escuta ilegal, aí desfaz o local do crime, aí depois eu arrombo o apartamento, ele desfaz o arrombamento, aí me bota num problema que durou, no mínimo, mais 6 anos. Eu fiquei sem ser promovido durante 6 anos por causa disso, entrei com ação cível, juntando toda a documentação, arquivamento e tudo o mais. Tanto é, doutor, que na contestação dessa ação cível, ele sequer juntou o documento do Marco Nunez.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Alexandre, na Divisão Anti-Seqüestro, qual era o equipamento utilizado lá para interceptação de comunicação telefônica?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, o equipamento corriqueiro que tinha. Agora, nos temos o... esse, como é que é o nome, doutor?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Guardião?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Guardião. Mas antes nós não tínhamos, nós tínhamos o gravadorzinho, a linha era direcionada para a DAS e era feito o grampo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sempre com... mediante autorização legal?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Sempre mediante autorização judicial.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Nem em casos emergenciais?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, qualquer caso emergencial, só com ofício. Sabe por quê? Deixa eu explicar para o senhor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Sempre mediante inquérito prévio?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - É claro, sem dúvida. Deixa eu explicar para o senhor o que que está acontecendo. O que eu vejo é o seguinte: hoje, as escutas... O juiz tinha que ter, tinha que nomear sempre um perito para trabalhar as escutas. Entendeu? Sempre tinha que ter um perito. Por quê? Porque os juízes... Às vezes, a gente tem que explicar para o juiz o que que a gente está pedindo. E isso tende a se complicar, porque, com o advento da tecnologia, os *chips*, os SMS, com tudo o que está vindo de novo, cada vez vai ficar mais fácil para o bandido entrar em comunicação com você usando uma multiplicidade de linhas e



de acessos diversificados, inclusive com as *lan houses*. Não é verdade? Então, nós vamos ter um problema muito sério. Se a gente não se antecipar, nós vamos levar *show de bola*. Graças a Deus, a nossa criminalidade é uma criminalidade chulé. Ela ainda não se juntou à classe média e à classe média alta. Mas se você pegar, por exemplo, o Marco Nunez e trabalhar esse cara para o mal, ele vai fazer 500 seqüestros no Rio de Janeiro e ninguém vai descobrir nada de que está havendo essa comunicação. Entendeu o que eu estou querendo dizer? Vai dar trabalho; vai dar muito trabalho. Então, o que é que acontece? Eu acho que a gente, hoje, tem que evoluir muito no aspecto técnico. E os juízes, infelizmente, podem conhecer a lei, mas no aspecto técnico, eles são leigos demais. Então, o que é que acontece? Você pega uma interceptação telefônica, o juiz defere. Mas o juiz defere, e aí você pede aqueles vários quesitos e ele diz: "Mas o que é que é isso?" Ele mesmo não sabe. Entendeu? Ele quer o resultado da investigação, mas o juiz mesmo não sabe o que é que ele está pedindo. Então, o que é que...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Está sendo requerido a ele?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - É, está sendo requerido a ele. Mas ele não sabe que está, de novo, concedendo, entendeu? Então, por exemplo, uma coisa que eu acho primordial: você tem escuta telefônica, hoje, em todos os segmentos de crime praticamente. Qualquer criminoso usa o celular. Mas nós tínhamos que ter, hoje, o Tribunal de Justiça... Porque qual é a desvantagem que a polícia leva com relação ao bandido? É que a capacidade de reversão do bandido é muito rápida. O que eu quero dizer é o seguinte: o cara está assaltando banco. Não dá certo assaltar banco, ele vai seqüestrar; não dá certo, ele vai traficar; não dá certo, ele faz rapidamente uma mudança de ramo de criminalidade. O Estado, para reagir a isso, é muito lento. O que é que eu quero dizer? Por exemplo, o problema das milícias. Já era para o Estado do Rio de Janeiro ter criado uma vara de crime organizado, pelo menos 3 ou 4 varas, para julgar só isso. Porque, aí, o juiz vislumbra melhor e dá para você delinear melhor as quadrilhas. Quando você tem 30 varas criminais julgando vários criminosos da mesma... Aí, fica difícil, porque dilui, entendeu? Um juiz sabe de uma coisa; outro sabe de outra; outro sabe de outra; outro sabe de outra. Então, crime organizado, você distribui inquérito, o juiz que recebeu aquilo, ou a Corregedoria que recebeu: é



crime organizado, vamos fazer 5 varas só para crime organizado. Porque a resposta que o Estado demora a dar é que encoraja o criminoso. Não sei se está entendendo. Por exemplo, no caso de extorsão proveniente de seqüestro. O clamor público foi tão grande na época — eu peguei DAS, quando o seqüestro estava no auge, em 1994: eram 5, 6 seqüestros por dia! Olhem só que absurdo. Mas a sociedade começou a se organizar, as condenações vieram. E a resposta da lei você só sente dentro da cadeia. O bandido... Não tem melhor propaganda do que o bandido, quando ele entra em cana, porque ele fala: *“Olha, com o pessoal da DAS não tem moleza. Entrou lá, tu vai ficar preso. Sabe como é que é? Você não tem acordo.”* Isso repercute dentro da cadeia. Então, o cara vai parar de seqüestrar porque ele já viu que, se ele rodar pela DAS, ou por uma outra delegacia séria, não vai ter acerto. Ele vai ficar em cana. Então, o que é que eu vejo? Escuta telefônica, primeira coisa: o juiz não conhece, ele tem dificuldade? Nomeia um perito para ficar ao lado dele para analisar com relação à legalidade do que foi pedido e do que foi apurado. Que sejam remetidas para o juiz as íntegras das escutas, num quadro, e que o perito verifique e constate: *“Olha, as escutas que foram degravadas foram essas que foram remetidas.”* Entendeu? Porque, o que é que acontece com a polícia? A polícia, por não ter meios, quem está degravando, hoje, fita, é qualquer um. Se eu nomeio um cara perito *ad hoc*, ele degrava fita, o escrevente degrava fita. Quer dizer, há um menosprezo muito grande por parte da Polícia Judiciária, no Brasil, pelo trabalho técnico de polícia que pode ser feito, pela polícia técnica. Entendeu? Quer dizer, então, você tem que fortalecer a polícia técnica. Tem que fortalecer! Se você tem uma escuta feita, você tem que mandar para o serviço de perícia, porque eles têm que ver se aquilo que foi pedido foi deferido, o espaço de tempo que foi gravado, se está sendo degravado, se o que foi tirado é ou não importante para a investigação. Porque, às vezes, você tem uma escuta, o vagabundo fala 10 minutos do que interessa e meia hora do que não interessa. Está conversando com uma p. (*termo excluído*) lá: *“Ah, vamos nos encontrar hoje, vamos para o motel tal.”* Entendeu? *“Tu vem aqui no morro.”* Isso não interessa para a investigação. Agora, ele pega: *“Meu irmão, tudo bem? Onde é que está o AR? Está trazendo?”* Isso interessa. Então, o que interessa, você bota, o que não interessa, você... Agora, isso fica ao arbítrio do delegado. Está entendendo? Não fica ao arbítrio do juiz, porque o juiz... Infelizmente,



os nossos juízes não lêem ou lêem muito pouco. Os que lêem, são excelentes juízes, mas a grande maioria não lê, porque, se lesse, não deixaria passar algumas coisas que a gente vê passar. Entendeu? E tem mais: eu tive casos em que o juiz desprezou... Tem 4 policiais militares na rua, bandidos, e o juiz sequer ouviu a interceptação. Os caras estão na rua. O senhor acredita nisso?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Acredito, porque V.Sa. investigou, encaminhou o conteúdo da interceptação para o juiz...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - É... O juiz não ouviu.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... e requereu o quê? Requeria uma preventiva?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, os caras foram presos e foram colocados na rua como inocentes. O X-9 está preso e os caras que fizeram o seqüestro estão soltos. Eu tenho isso documentado.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Foi interceptação, e o juiz não levou em consideração o conteúdo interceptado.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não levou em consideração. Botou os caras na rua. Então, olha só: grave isso. Foi muito grave. Agora, vejo uma situação pior. Ouve-se aí que o Judiciário quer controlar as escutas, quer saber quais são os números que estão sendo interceptados. Então, querem que a Federal informe quais são os números que ela interceptou, que a Polícia Civil... Eu acho isso um absurdo, porque da interceptação, quem tem que saber é o juiz, não o Poder Judiciário. Porque a gente tem visão aí que o Judiciário Federal está envolvido em um monte de falcatura. Do TRF aqui, foram juízes presos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas é uma forma também de auditar, Dr. Alexandre. Tem muito abuso aí.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Tudo bem, então vamos coibir os abusos.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - É uma forma de coibir tendo o controle e auditando.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - O juiz que trabalha num processo, se ele vir que tem abuso, ele tem que pegar e proceder com rigor. Agora,



o que não pode é você criar uma central onde qualquer um com poder pode verificar: *“Dá uma olhadinha. Vê se tem telefone aí, por favor.*

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Não, não é bem esse o procedimento. O procedimento é outro. Se tem uma vara que tem 400 interceptações, e a média é 50, tem alguma coisa errada.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não. Tudo bem. Aí tem que se verificar.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O senhor é delegado de polícia. Para que é que se faz estatística? Para que é que se faz trabalho de campo? Estatística é fundamental para fazer diagnóstico.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não resta dúvida, doutor.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Se você sabe que tem uma incidência maior de crime naquela área, você vai focar a sua ação ali. Então, a ação — e considero correta a atuação do Tribunal de Justiça aqui, do Estado; foi uma experiência que nós devemos até propor que seja generalizada para outros tribunais — é que haja um controle do que está sendo feito para se fazer o monitoramento e inclusive saber, detectar abusos. Como também acredito que nós temos casos de abusos na condução. Inclusive, eu tenho um caso, por exemplo, na Comissão, de delegados que subscrevem pedido de interceptação e ele nem olha a petição. O agente de polícia faz lá o conteúdo, fundamenta, às vezes, até faz a peça, faz barriga de aluguel, ele pega, manda o requerimento para o juiz, e o juiz defere.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Ué, mas se o juiz defere, aí... Olha só: não é que o juiz defere. O Ministério Público vê e o juiz defere. Não é que o juiz defere.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas hoje o Ministério Público nem fala, Dr. Alexandre.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Como é que não fala?

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Na lei futura é que ele vai falar previamente. Mas hoje não há obrigatoriedade da audiência do Ministério Público para a concessão do pedido. O que a lei hoje, a 9.296, determina é que o juiz, ao deferir a medida, ele manda comunicar ao Ministério Público para, se quiser, acompanhar.



O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Olha, deixa eu dizer uma coisa para o senhor: nas nossas escutas lá, na DAS, o Ministério Público sempre falou. Sempre falou. Sempre falou. Eu não tenho uma escuta na DAS que não tenha o Ministério Público falando.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Falar como? Previamente?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Previamente.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - No juiz? Na apreciação?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Ele dá o parecer, e o juiz defere ou não. Sempre.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas não é o procedimento da lei hoje.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Tudo bem. A gente pede para o Ministério Público...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - No futuro, pela lei que está tramitando, que o Executivo encaminhou, e eu tenho esse entendimento também, a oitiva do Ministério Público será prévia.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Ótimo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - No caso inclusive, o senhor deve ter lido nos jornais, do agente Pena, lá, de São Paulo, ele fazia os requerimentos para o seu colega, e o delegado mandava. Foi o Ministério Público que começou a auditar, porque viu que tinha procedimento estranho, tinha excesso. Foi o Ministério Público que conteve algumas interceptações que ele queria fazer. A auditoria é fundamental por isso. Não é que a Justiça queira saber quem é que está interceptando. Agora, qualquer atividade que envolva o trabalho humano tem problema.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não resta dúvida.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pode ter problema no perito, pode ter problema no delegado, pode ter problema no juiz. Corrupção, infelizmente, está em qualquer lugar. Então, a exceção não pode ser declarada como a regra. Agora, eu penso que esse controle é importante. O controle é importante, por autoridades que tenham relevância para poder fazê-lo. E essa auditoria... A estatística é fundamental para a gente ter um diagnóstico do que está acontecendo,



para, inclusive, a partir desse diagnóstico, detectar, eventualmente, problemas. Nós tivemos casos, lá na Bahia, por exemplo, de juízes que não concediam interceptações e delegados que foram a juízes no interior, burlando, inclusive, o princípio do juízo natural, fazendo barriga de aluguel para interceptar.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Pois é, mas, então, o juiz... Olha só, então, qualquer irregularidade, tem sempre o juiz no meio. Eles estão corroborando isso. O delegado... O que eu quero deixar claro é o seguinte...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Ou por ação ou por omissão. Pode ser também.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Exatamente. Então, olha só: o delegado não faz milagre sozinho. Ele precisa do santo.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Claro.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Então, tem que ter sempre um santo. Eu quero dizer o seguinte: é exatamente essa desconfiança que o senhor tem com relação aos maus juízes que eu tenho com a manipulação dessas listas. Entendeu? Assim como um delegado encontra maus juízes para definir o que não é devido, você pode encontrar maus juízes que vão repassar números de telefones que estão grampeados, e ele vai dizer que está. Porque, olha só: nós somos falíveis. Todos nós somos falíveis. O delegado nunca erra sozinho. O delegado sempre erra ou com o Ministério Público, ou com o juiz por trás.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas mesmo nesse caso...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Aí, o juiz fala assim: *Ah, eu fui induzido a erro pelo delegado.* Essa história de estar induzido a erro não existe!

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Dr. Alexandre, mas mesmo nesse caso, é mais fácil auditar, porque vai saber: ou vazou por quem pediu, ou vazou por quem tem informações.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Doutor, a minha visão é de Corregedoria. A Corregedoria é que tem que verificar que... Quando há numa vara 400 números, a Corregedoria de Justiça tem que chegar lá e falar: *"Vem cá, Dr. juiz, por que o senhor está deferindo tanto número de telefone aqui nessa vara? Qual é o problema, o que está acontecendo?"*



O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas é a Corregedoria quem faz essa...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Exatamente!

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - O do sistema aqui também quem faz é...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Agora, eu acho errado você ficar dando numerozinho... O Juiz tem que verificar isso, porque o sigilo inclusive é esse. *"Ah!, mas eu não estou tendo o controle."* Então, daqui a pouco...Quem tiver um bom contato, porque essa lista o desembargador, o Presidente do Tribunal (*Ininteligível*.)

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas quem faz o controle é o Corregedor, Doutor!

Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Acho que essa discussão não vai nos levar...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - ... me dou por satisfeito com o depoimento do Dr. Alexandre e queria agradecer aí as informações dele.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - À vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... até porque se a gente for partir do princípio de que o vazamento é possível, ninguém melhor do que as empresas de telefonia para fornecer as listas de todos os mandados que chegaram.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Exatamente! Eu acho que é por aí. Ué!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Vai precisar de concentração também.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Você não precisa nem de conhecer, nem precisa ter o Judiciário. Você pode... O próprio Legislativo ou o que valha, vai lá e: *"Olha só! Eu quero todas... Já foram feitas? Então, vamos ver o que que foi feito."* Entendeu? Agora, o grave é isso. Você não tem como controlar, porque se a investigação for séria ela vai fluir séria. Não tenha dúvida. Se tem alguma coisa de errado ou é porque o juiz não está vendo direito. Ele não viu: *"Botaram o número errado, embucharam o número?"*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O senhor, na sua experiência, já encontrou algum número embuchado...

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - ... ou soube de algum chamado “número embuchado”?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Olha, vou dizer uma coisa para o senhor: eu nunca fiquei sabendo disso, embora eu já tenha sabido que isso aconteceu. Entendeu? Mas é um absurdo! Se você botou o número errado e ele persistiu, você: *“Espera aí, vamos tirar porque...”* Pode acontecer. Às vezes, você pega o número errado, ou então você pegou o número errado, o cara fala, você vai ouvir e o número não era esse, era parecido. Isso pode acontecer. Eu não vou discutir. Mas aí, se você ver, em uma semana, que ele não tem nada a ver — porque o acompanhamento da degravação não é só pelo Ministério Público nem pelo delegado. Se o delegado está vendo que aquele número... Às vezes, você grampeia o número que o cara acabou de... Ele não usa mais, deu para a mulher. Só que quem está falando é a mulher dele, e já está com outro. Entendeu? A gente hoje grampeia o *e-mail*, intercepta o *e-mail*, por quê? Porque o *e-mail*, se ele trocar de cartão, aquele *e-mail*, todo o *chip* que entrar ali está no grampo. Já aconteceu isso. A gente às vezes pede... A gente não tem *e-mail*, mas pede o... Aí, ele troca o *chip*, bota lá, e você começa só ouvir a conversa da mulher dele, uma costureira. Mas por quê? Ele já não estava mais usando aquele *chip*, a gente teve que descobrir o *e-mail*, aí a gente foi descobrindo, e aí ele foi trocando. Entendeu? Então, isso pode acontecer, mas não é dolosamente. Aconteceu de ele ter usado aquele telefone, está registrado o dia do contato, que ele usou aquele *chip* e depois ele não usou mais. Ele trocou de *chip* e a gente não sabia o número do *e-mail* dele. Isso pode ter acontecido, mas não como regra. Isso não é regra, isso é exceção. E aí você não renova mais aquela escuta. Você abre mão daquele número porque descobriu que ele não falou nada de interessante para a investigação, até porque está sendo usado pela mulher dele com papos corriqueiros, de família, vamos para outro número. Entendeu? É isso que se faz.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - O Deputado Hugo Leal entrou em contato aqui com esta CPI e está a caminho, mas por problemas de avião, deverá chegar um pouco atrasado para a nossa reunião.

Mais alguma pergunta, Relator? Então, o depoente Alexandre Neto deseja falar mais alguma coisa?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não. Estou à disposição dos senhores. Eu tenho documentos aqui. Se os senhores não pediram, deveriam ter pedido. Eu tenho aqui a reclamação trabalhista dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - Eu pediria a V.Sa. que encaminhasse para a CPI, para que a CPI pudesse tirar as cópias e...

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Pudesse tirar cópias ou até disponibilizasse para a CPI, a CPI tira cópia e depois devolve a V.Sa.

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Não, pode ficar com o senhor. Eu trouxe aqui. Tem algumas contradições que ele diz aqui. Na reclamação trabalhista ele diz textualmente: "*O reclamado, por toda a sorte, não pretende que o réu tivesse sido o seu sócio*". Ele diz que eu nunca fui sócio dele, e aí ele confessa que fui sócio. Quer dizer, numa hora ele fala que fui sócio. O advogado dele diz que eu nunca fui sócio.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em algum momento essa sociedade foi registrada?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Hein!

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Em algum momento essa sociedade foi registrada?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Foi. Eu fui sócio do escritório.

O SR. DEPUTADO NELSON PELLEGRINO - Mas registrada na OAB?

O SR. ANTÔNIO TEIXEIRA ALEXANDRE NETO - Na OAB. Então, aqui diz tudo. Deixa eu ver se aqui tem mais alguma coisa. Tem algumas contradições...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Itagiba) - E essas questões, Delegado Alexandre Neto, vão ser colocadas nos autos. Eu peço a V.Sa. que deixe conosco e será juntado aos autos para apreciação por parte do Relator. E como eu bem disse, desde o início, aqui nós não estamos nem para julgar um, nem para



julgar outro, estamos para apurar os fatos relativos à questão da interceptação, até porque nós sabemos que vários julgamentos ainda estão por vir, de trabalhos que aconteceram, em função de fatos que aconteceram na cidade do Rio de Janeiro, na Secretaria de Segurança Pública, na Polícia Civil, onde V.Sa. é um dos denunciantes, eu sou um dos apurantes, então, e encaminhantes à Polícia Federal para que essas coisas fossem todas verificadas no âmbito da justiça. Então, acho que essas coisas seguirão o seu próprio termo, e a CPI levará a termo a questão específica da interceptação e deu a oportunidade a V.Sa. de colocar os seus pontos de vistas não só a respeito da questão aqui em tese que lhe foi imputada, como também da sua experiência profissional. Então, eu peço que o Secretário da Comissão providencie para que sejam extraídos alguns termos mais fortes que foram colocados, palavras que muitas vezes mais na frente podem dar problemas não a quem as disse, mas sobre quem se falou. Então, é melhor que sejam retiradas das notas taquigráficas.

Então, nada mais havendo a tratar, vou agradecer aqui a presença ao Delegado Alexandre Neto e vou encerrar os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária a realizar-se no dia 24, às 14h30min. Antes de encerrá-la, agradecer ao Corregedor-Geral de Justiça do Tribunal do Estado do Rio de Janeiro por ter disponibilizado não só transporte, como também como as instalações dessa Corregedoria, para que pudéssemos fazer esta reunião. Então, os nossos agradecimentos ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, na pessoa do Sr. Corregedor, Desembargar Luiz Zveiter, que possibilitou a realização desta audiência da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Está encerrada esta reunião.